



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDUC)
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RODRIGO VIEIRA ROCHA

**A PARAÍBA NOS LAÇOS DA DITADURA MILITAR: HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA**

**CAMPINA GRANDE – PB
2018**

RODRIGO VIEIRA ROCHA

**A PARAÍBA NOS LAÇOS DA DITADURA MILITAR: HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro.

Coorientador: Prof. Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio.

**CAMPINA GRANDE – PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R672p Rocha, Rodrigo Vieira.

A Paraíba nos laços da ditadura militar [manuscrito] : história e historiografia contemporânea / Rodrigo Vieira Rocha. - 2018.
26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

"Coorientação: Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio , UFCG - Universidade Federal de Campina Grande"

1. Ditadura Militar. 2. Memória. 3. Historiografia. 4. História da Paraíba.

21. ed. CDD 907.2

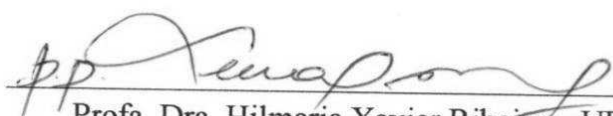
RODRIGO VIEIRA ROCHA

**A PARAÍBA NOS LAÇOS DA DITADURA MILITAR: HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA**

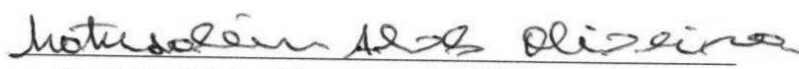
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovado em: 20/06 / 2018.

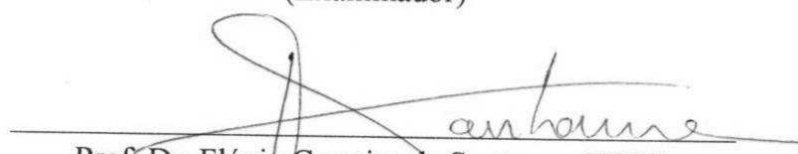
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro – UEPB
(Orientadora)



Prof. Dr. Matusalém Alves de Oliveira – UEPB
(Examinador)



Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana – UEPB
(Examinador)

**CAMPINA GRANDE-PB
2018**

À minha mãe, pelo amor e dedicação à família,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao Nosso Senhor, pela saúde, força e sabedoria concebidas para concluir este curso, em meio a muitas dificuldades enfrentadas no trajeto trabalho-universidade, tendo que manter o compromisso de responsabilidades como chefe de família e acadêmico.

Aos meus pais, Ricardo Jorge Nunes Rocha e Marcleide da Nóbrega Vieira Rocha, por me encorajarem em todos os momentos que pensei que não iria concluir a minha graduação em História.

À minha irmã Renata Vieira Rocha e a minha sobrinha Sophia, por estarem presentes na minha vida.

À minha amada esposa, Juliana Feitosa Matsuki, por estar ao meu lado ao longo desses anos, por ser compreensiva, amável e zelosa comigo e nossos filhos. Uma mulher segundo as Escrituras Sagradas: “Mulher virtuosa quem a achará, o seu valor muito excede ao de rubis” (Provérbios 31:10).

Aos meus filhos, Samuel e Renan, pelo amor e carinho, pelos abraços e respeito. Que não apenas este trabalho sirva como uma produção de conclusão de curso, mas que ambos saibam que se até aqui cheguei, eles são capazes de ir muito mais além do que pensam ou do que projetam em seus corações.

Aos meus professores, por terem contribuído na minha formação acadêmica, sugerindo leituras e repassando-me conhecimento.

À minha orientadora e ao meu coorientador, pelas leituras sugeridas e por terem dedicado seu tempo ao meu lado para a construção deste artigo acadêmico.

À coordenação do curso de História, pela atenção e compromisso com minha formação e, de modo especial, à Arleide Vicente da Silva, técnica administrativa da coordenação do curso, que por diversas vezes foi atenciosa e prestativa nos momentos que necessitei de orientações pertinentes ao curso.

(...) não poderíamos falar de democracia de verdade com os resquícios da ditadura e do estado patrimonial. Entendemos que o processo de se tornar o Estado brasileiro mais permeável à população passa pela transparência. Sem a informação, os cidadãos e as cidadãs dificilmente poderão exercer sua cidadania ativa (DANTAS, 2014, p. 305).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CERTEAU E A DITADURA MILITAR	10
2.1 Liga Camponesa na Paraíba.....	13
2.2 O papel da Comissão da Verdade na Paraíba	19
3. CONCLUSÃO	21
ABSTRACT	23
REFERÊNCIAS	24

A PARAÍBA NOS LAÇOS DA DITADURA MILITAR: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

ROCHA, Rodrigo Vieira¹

RESUMO

O presente trabalho analisa a História e a Historiografia Contemporânea do Estado da Paraíba entre os anos de 1964-1985, denominado historicamente como Ditadura Militar, na visão de vários livros e autores, e a partir das obras “Golpe Civil Militar e Ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania”, coletânea organizada por Éder da Silva Dantas, Paulo Giovani Antonino Nunes e Rodrigo Freire de Carvalho e Silva; “A Ditadura na Paraíba: listas com mortos, desaparecidos, torturados e torturadores”, de Gilvan de Brito; bem como do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), o qual contou com a participação de Fábio Fernando Barboza de Freitas; Herbert Andrade Oliveira; Iranice Gonçalves Muniz, dentre outros membros. Graças a esses personagens, temos ao nosso alcance a memória de um povo que vivenciou a Ditadura na Paraíba e assim, em registros feitos em relatório apresentado pela Comissão a qual enfatiza o surgimento e a luta das Ligas Camponesas, a História ganha fôlego ao alcance da democracia bem longe dos moldes do autoritarismo, na perspectiva de esclarecer para as futuras gerações a passagem dos militares na historiografia do país e da sociedade paraibana.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Comissão. Memória. Historiografia.

1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar tem sido tema recorrente ao longo dos anos, discutido tanto nos espaços acadêmicos quanto em outros setores sociais. Polêmico, poderíamos assim dizer, por tratar de fatos que deixaram marcas na história das diversas classes sociais em nosso país. Há quem critique a referida época, mas há quem a exalte. As opiniões se dividem nas diversas faixas etárias. Os que defendem a volta da Ditadura Militar, na maioria das vezes, são jovens que declaram que a volta dos militares ao poder é uma forma para acabar com a corrupção no Brasil, uma vez que no período de 1964 a 1985 o país viveu uma época de crescimento econômico, baixa criminalidade e sem corrupção, inclusive, declaram que há uma ameaça comunista sobre o Brasil e outros países latino-americanos, sendo assim é preciso que os militares tirem do poder os grupos comunistas para preservar a ordem evitando que o comunismo tome conta do país.

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Um outro grupo, contrário à volta dos militares, afirmam que o problema da corrupção existe dentro de qualquer governo, seja ele democrático ou autoritário. No período militar, a economia do Brasil até experimentou um crescimento, mas às custas de um grande endividamento externo e aumento da desigualdade social, e que as evidências de articulações comunistas não são tão conclusivas. O historiador brasileiro Leandro Karnal², em entrevista à TV Cultura, chegou inclusive a ser questionado sobre o que pensa quando alguém defende a Ditadura Militar.

Quando eu vejo alguém defendendo a volta dos militares, eu olho para a idade. Se for um jovem, eu me sinto no dever de explicar o que é o arbítrio, o que é cassação de direitos, como o habeas corpus, o que foi o AI-5, o que é tortura de mulheres grávidas, o que é o fim da liberdade de imprensa, o que é a barbárie da concentração de renda durante a Ditadura Militar. Se for uma pessoa de idade, eu atribuo a falta de memória que a idade pode estar provocando na pessoa. Na verdade não há como defender eticamente e moralmente num plano mínimo de humanidade, a intervenção militar. Nossos problemas foram piorados pela Ditadura. É muito importante lembrar que não se deve nunca questionar a democracia. Deve-se aperfeiçoá-la. É um recado importante para os jovens que viveram sob regime de direita pós Constituição. É preciso estudar o que é a barbárie da Ditadura, a quantidade enorme de escândalos financeiros de gente que enriqueceu ilicitamente acobertada por militares. É preciso insistir nisso para que as pessoas não fiquem achando que agora é que nós temos estes problemas (KARNAL, 2016 – REVISTA PAZES).

Historiadores revisionistas como Marco Antonio Villa³ e Daniel Aarão Reis⁴ tentam transmitir que a época não foi tão ditatorial como alguns historiadores falam, mas por outro lado, suas teses se dispersam como grãos de areia da praia ao vento, nas palavras de quem esteve à frente do país, o Marechal Costa e Silva (1967-1969). É com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) que teremos acesso a diversas informações.

² Historiador brasileiro, atualmente professor da UNICAMP na área de História da América. Foi também curador de diversas exposições, como A Escrita da Memória, em São Paulo, tendo colaborado ainda na elaboração curatorial de museus, como o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Graduado em História pela Universidade Vale do Rio dos Sinos e doutor pela Universidade de São Paulo. Tem publicações sobre o ensino de História, bem como sobre História da América e História das Religiões.

³ Historiador, com mestrado em sociologia e doutorado em história social, ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

⁴ Professor de História Contemporânea da UFF e pesquisador do CNPq. Especialista em história das revoluções socialistas no século XX e das esquerdas no Brasil, é autor de diversos livros e artigos de referência.

No dia 13 de dezembro de 2017, no Palácio da Redenção, o governador Ricardo Vieira Coutinho recebeu o relatório final da Comissão, que tem por escopo a apresentação de investigações de crimes de violação dos direitos humanos praticados por agentes públicos contra paraibanos, durante o período da Ditadura Militar. Isso nos dá o direito de dialogarmos com as gerações futuras a história de uma Paraíba que precisa manter um compromisso com seus filhos, afirmando que é intolerável aceitar regimes autoritários e sim buscar um futuro mais democrático. Interrogar a história não como a época em que os fatos se desenvolveram, mas ver a história como Certeau analisa para melhor compreendê-la. Segundo Certeau (1982, p. 46), “Um primeiro tipo de história se interroga sobre o que é pensável e sobre as condições de compreensão; a outra pretende encontrar o vivido, exumado graças a um conhecimento do passado”.

É entender os fatos não com o olhar do presente, mas de forma pensável com o olhar da época, a fim de compreender as causas que ocasionaram determinados fatos, escutar quem vivenciou e trazer a sua compreensão para o presente, não para julgar, mas sim para estudá-la conforme a época. Esquecer os fatos é impossível, diante dos discursos de pessoas que viveram a Ditadura Militar. A verdade é que não podemos varrer para debaixo do tapete as cicatrizes que a Ditadura Militar deixou na vida de muitas famílias. Resolvamos então perguntar a quem foi torturado, a quem foi silenciado, a quem teve seus direitos usurpados, o que realmente passou na pele.

A História ao longo dos anos vem ganhando espaço, resgatando assim um pouco da memória de um determinado povo que em sua época viveu grandes barbáries, e essa é a chamada memória-história, termo que o historiador Julio Aróstegui, em seu livro “A Pesquisa Histórica teoria e método”, vem nos apresentar.

Hoje, parece que se vive a História em tempo real, razão pela qual o registro memória-história deverá ser inteiramente diferente. Todavia, não mudará somente o registro, mas algo de maior importância. “(...) A história já não permanecerá em silêncio para ser mais tarde resgatada no documento, mas se revelará a cada instante, se registrará imediatamente e se reconhecerá (...)” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 37).

Antes do surgimento da escrita, o homem já registrava suas rotinas com desenhos e símbolos, mas nos dias atuais o registro da história e memória humana se dá, em grande parte, através dos documentos gerados pelas atividades que são desenvolvidas por determinadas pessoas, organizações ou famílias, sendo utilizados diversos meios tecnológicos para armazenar arquivos de determinada época, preservando assim o patrimônio documental para

que no momento em que um cidadão queira informações com relação a determinado fato, esteja em disponibilidade.

2. CERTEAU E A DITADURA MILITAR

Para Michel de Certeau, a operação historiográfica está voltada a entender o que o historiador produz quando faz história, ao se colocar entre o passado e o presente em um determinado lugar, tomando por base para uma análise historiográfica a combinação entre lugar social, prática científica e escrita, a qual se articula com o lugar de produção.

Entender o papel do historiador é como tentar desfragmentar as partes de um objeto de estudo, questionar as partes para entender suas contribuições, onde se precisa entender o que o historiador tenta fabricar quando “faz história”, para qual público ele trabalha ou o que almeja produzir. Michel de Certeau é a razão pela qual muitos historiadores procuram relatar a história do não-dito, a memória dos mortos que precisa ganhar fôlego. “Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas” (CERTEAU, 1982, p. 55).

Essa relação com a sociedade presente e com a morte, tal como menciona Certeau, provavelmente é o que Gilvan de Brito, Paulo Giovani Antonino Nunes e o Relatório Final da CEVPM-PB procuram manter, registrando a memória daqueles que foram torturados e perseguidos durante a Ditadura Militar, um período que precisa ser conhecido, o não-dito. Nas palavras de Certeau (1982, p. 76), “o não-dito é ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tomaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz com relação àquilo que se diz (...)”.

Certeau é responsável por apresentar a ideia do lugar histórico como a condição para que algo nas pesquisas assim realizadas possa ser revelado. Esse é um dos trabalhos realizados por Paulo Giovani, Gilvan de Brito, assim como outros historiadores com relação à Paraíba durante a Ditadura Militar.

Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou ‘edificante’), nem a-tópica (sem pertinência). Sendo a denegação da particularidade do lugar o próprio princípio do discurso ideológico, ela exclui toda a teoria. Bem mais do que isto, instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história (CERTEAU, 1982, p. 77).

É essa ideia de lugar a ser levada a sério que permite às sociedades se pronunciarem com relação aos efeitos sofridos por uma determinada época. Um papel decisivo com a Comissão da Verdade quando resolveu instalar o discurso no Estado da Paraíba, permitindo à história falar de uma sociedade que sofreu as barbáries do regime militar. Assim, grande contribuição histórica foi concedida à Paraíba, pois as memórias de um povo que sofreu e ainda carrega traumas têm seu registro na historiografia paraibana, por aqueles que abraçam sua história e resolvem contá-la, levando ao conhecimento das autoridades diversos crimes impunes que não foram julgados e sim arquivados ou ignorados.

Tanto para Gilvan de Brito quanto para Paulo Giovani, a instalação da ditadura civil-militar de 1964 no Brasil trouxe para o estado da Paraíba grande repercussão, desestabilizando diversos setores sociais e culturais, inaugurando um período autoritário, de extensa violação dos direitos humanos, “sobretudo a prisão arbitrária de pessoas, seguida quase sempre de tortura, e, várias vezes de morte” (FICO, 2012, p. 44). Liberdade de expressão longe de se pensar, porque tanto para Gilvan de Brito quanto para Paulo Giovani, o regime militar precisava descer de goela à baixo, inclusive em suas obras mencionam as músicas de protestos que surgiram tendo que serem adaptadas metaforicamente para expressão da angústia vivenciada na época. A Imprensa tendo suas manchetes fiscalizadas, o ensino sofrendo mudanças estruturais, com a instalação do MOBRAL. Um outro ponto em comum entre esses escritores é apresentar a história local, desconhecida pela maioria dos paraibanos, trazendo relatos publicados no Relatório Final da Comissão da Verdade na Paraíba, contendo o nome de pessoas torturadas e banidas de seus cargos e posições sociais, a fim de contribuírem para fomentar o civismo democrático no país, de forma a evitar que períodos de arbítrio nunca mais aconteçam na História da Paraíba, tampouco do país.

O período da Ditadura Militar no Brasil data de 1964 a 1985, ocasionando diversas transformações em todos os setores do país, mudanças ocorridas na economia, na educação e no meio social. Uma fase que agentes públicos violaram os direitos humanos, perseguindo, torturando e destituindo de cargos pessoas que supostamente estavam envolvidas com o comunismo. Para uns historiadores revisionistas, a exemplo de Marco Antonio Villa e Daniel Aarão Reis, essa época só inicia em 1968 e não foi um período tão ditatorial como alguns historiadores assim falam. A História tem seus argumentos a serem apresentados e é justamente nas palavras do Marechal Costa e Silva (1967-1969), em uma Reunião do Conselho de Segurança Nacional ocorrida em 11 de julho de 1968, a qual se estendeu até o dia 16 de julho do mesmo ano, que se confirma que os anos de 1964 a 1985 foram marcados por uma ditadura militar: “Devo dizer-lhes, fruto de uma convicção sincera, decorrente ela de

alguns dias de ditador neste país, que a ditadura jamais será uma solução para o Brasil” (COSTA E SILVA *apud* FICO, 2017, p. 56). Diante das palavras do Marechal, o clamor pela volta da ditadura no país não é a solução para qualquer adversidade que o país enfrenta e que as teses defendidas por alguns historiadores revisionistas sofrem abalo na sua estrutura quando não concordam que o país viveu realmente uma ditadura.

Para entendermos a Ditadura Militar no Brasil, precisamos olhar o passado, ao fazer isso, teremos uma história que nos trará a renúncia de um presidente em 1961, Janio Quadros, entre os meses de agosto e setembro. Diante desse fato, quem deveria assumir imediatamente a Presidência do Brasil era seu vice-presidente, João Goulart, mas se encontrava na República Popular da China, a qual já era uma ditadura comunista. Essa notícia fez com que setores civis e militares acreditassem que ao assumir o poder, João Goulart causaria uma revolução comunista em solo brasileiro. Então, o Congresso Nacional toma a atitude de transformar o regime presidencialista em parlamentarista, isso faria com que João Goulart tivesse força política restrita.

Em 1963, por meio de um Plebiscito, João Goulart voltou a ter o poder Executivo com a volta do regime presidencialista. Podemos destacar, em defesa da volta do presidencialismo no Plebiscito de 1963, a atuação do governador Pedro Moreno Gondim, que representou o auge do populismo na Paraíba. João Goulart, em seu governo, passou a enfrentar problemas com as ondas de greve, em meio aos problemas econômicos que já se apresentavam, então decidiu realizar a promoção das Reformas de Base, como a Reforma Agrária, o que atraiu a atenção das camadas revolucionárias da esquerda. Diante disso, nas palavras do historiador Paulo Giovani Antonino Nunes, em seu texto intitulado “A quebra da ordem constitucional e a ditadura militar no Brasil”, presente na obra “Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico”, a direita inicia a “guerra psicológica”.

(...), a UDN e o chefe do Estado-Maior do Exército, gal. Castelo Branco, declaram que está em curso no país uma ‘guerra revolucionária’, visando a tomada do poder pelos comunistas e que Goulart estaria insuflando as invasões de terra, as greves operárias e de trabalhadores do campo, além de distribuir armas a sindicatos rurais e marítimos (NUNES, 2010, p. 283).

O ano de 1964 chega, trazendo em sua bagagem o Exército que resolve dar o Golpe. No Congresso Nacional, a direita aprova a vacância do cargo de Presidente da República, após João Goulart se exilar no Uruguai. Este resolve não resistir às tropas do Exército, temendo uma guerra civil. Conforme Brito (2013, p. 21), “João Goulart nunca foi comunista.

Era, sim, populista, como o foi seu conterrâneo e bússola política Getúlio Vargas, que tinha um sistema de regras para se relacionar com o povo, ouvindo seus desejos e aspirações”.

A imagem do político, necessariamente, é a construção de pronunciamentos, meios convincentes para a formação de um personagem que caia nas graças do povo, que saiba dialogar com todas as classes sociais, e é nesses moldes que o Estado da Paraíba teve como governador Pedro Moreno Gondim, entre os anos de 1958-1960 e 1961-1966, e como deputado federal, os anos de 1967-1969. A questão de terras em seu governo esteve presente com seus conflitos e debates. Por ser um governo populista as forças populares na Paraíba se aproveitaram dos espaços políticos, mas diante de suas palavras não conseguimos identificar o governador de partido de direita (UDN) com apoio da esquerda se colocar em favor de um lado e desfavor do outro.

(...), Gondim em uma entrevista a um programa de televisão, afirmou que considerava as Ligas Camponesas um fenômeno natural decorrente de uma luta entre o legal e o justo: ‘... o legal ao lado dos proprietários de terras amparados pela lei; o justo no que reivindicam os camponeses. Resta o Congresso dar o legal ao justo’ (A UNIÃO, 1962, p. 03).

Em seu governo, no ano de 1958, no município de Sapé, foi criada a Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas, conhecida como Liga Camponesa de Sapé, sob a liderança do camponês João Pedro Teixeira, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual, diante das suas lutas travadas no campo, foi assassinado, e segundo relatos, os envolvidos na sua morte ficaram impunes. Deixou filhos e uma esposa por nome Elizabeth Teixeira que acabou se colocando no lugar do seu falecido esposo nas lutas da Liga Camponesa. Foi perseguida e teve que se esconder por diversas vezes, devido a possíveis atos de crueldade e torturas que poderia sofrer. A vida de João Pedro Teixeira ganhou espaço cinematográfico, sendo retratada no filme “Cabra Marcado Para Morrer”, um documentário brasileiro de 1984 dirigido por Eduardo Coutinho.

2.1 Liga Camponesa na Paraíba

A Liga Camponesa foi criada, a princípio, como meio para se debater sobre as péssimas condições de vida e trabalho dos camponeses, relacionando as condições de trabalho como formas tipicamente feudais, desumanas e semiescravistas. Diante disso, muitos

conflitos entre camponeses e latifundiários começaram a surgir, como exemplo podemos citar a “Tragédia de Mari”, ocorrida nos primeiros dias de 1964 na região do brejo paraibano, na qual houve um sangrento conflito entre camponeses e proprietários de terras que trouxe como resultado a morte de 11 pessoas e diversos feridos.

(...) os grandes proprietários criticavam o governo por não estar policiando devidamente as áreas em conflito, permitindo que ocorressem movimentos armados dos camponeses. (...), diversos representantes da UDN, insatisfeitos com as declarações e os direcionamentos de Gondim em relação ao problema agrário, procuraram afastar-se do governador, isolando-o politicamente (CITTADINO, 2014, p. 27).

Diante dos conflitos e, inclusive, manifestações programadas para João Pessoa e outras cidades, Pedro Gondim, ciente do ocorrido em Mari, enviou tropas da Polícia Militar para a região de Sapé e Mari sob o comando do coronel Luiz de Barros, tendo como resultado o aniquilamento das Ligas Camponesas na Paraíba. Em 1968, Pedro Moreno Gondim perdeu seu mandato, além de ter seus direitos políticos cassados pelo regime militar. A Paraíba vivenciou fortes influências comunistas quando o tema é Reforma Agrária. A Igreja, por sua vez, acreditava que, de forma pacífica, os problemas do campo poderiam ser resolvidos entre o trabalhador e o proprietário, mas pessoas ligadas ao comunismo acreditavam que por meio de agitações, as Ligas Camponesas iriam ter grandes conquistas. O jornal “A imprensa”, em 1963, chegou a dar sua opinião quanto ao real desejo dos comunistas.

O que lhe interessa é a confusão. Que o país continue nessa insatisfação, com as classes agitadas, vivendo a convicção amarga de interesses prejudicados. Porque só há proveito para os planos marxistas com a luta de classes. Num clima de tranquilidade, o comunismo está morto. Sem qualquer motivo a que possa pegar, para os avanços premeditados (A IMPRENSA, 1963, p. 03).

Para a Igreja Católica, o golpe civil-militar de 1964 foi uma conquista, pois em sua visão o país estava se afastando de um suposto perigo, a ditadura comunista. A Igreja Católica então reuniu a população para festejar, realizando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, mas não se deram conta que estavam instalando o Estado de exceção mais violento na história do país. Durante o período da ditadura militar, deputados, prefeitos, vereadores, e seus respectivos suplentes, que tinham vínculos com as Ligas Camponesas, tiveram seus direitos políticos cassados, acusados de estarem realizando incitamento de ódio de classe e

procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar. Em cada setor do Estado da Paraíba, as perseguições militares ocorriam e mudanças eram feitas, colocando representantes do Exército à frente da administração, inclusive de universidades.

As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal. O reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Mário Moacyr Porto, foi afastado do cargo, em seu lugar foi nomeado como interventor o professor de Medicina e ex-oficial do Exército, Guillardo Martins Alves, que depois foi eleito pelo Conselho Universitário, onde exerceu mandatos sucessivos até o ano de 1971 (NUNES, 2014, p. 97).

Ao que percebemos nas palavras de Paulo Giovani Antonino Nunes⁵, atrelado às mudanças nos setores estava à substituição de pessoas, mas mesmo com tamanha repressão se estendendo aos vários setores da sociedade, os olhos dos militares estavam voltados às Ligas Camponesas, as quais eram consideradas afronta aos proprietários de terras e uma ameaça de subversão da ordem, pois acreditava-se que camponeses estavam sendo equipados com armas para levarem o país aos braços do Comunismo. As práticas de tortura eram as mais cruéis possíveis, telefones (tapas nas orelhas) ou jornais introduzidos nas cavidades íntimas acendidas com fogo, conhecida tal prática como rabo de macaco.

As fazendas estavam cercadas por centenas de soldados, o Exército à procura de militantes do PCB para interrogarem e, na maioria das vezes, efetuava a prisão de líderes camponeses para interrogá-los quanto a possíveis atos de revolução comunista ou locais que pudessem ter armas e munições guardadas para armar os camponeses em prol de se dar início a uma revolução no país. Como exemplo, podemos citar Pedro Inácio de Araújo (1909-1964), conhecido como Pedro Fazendeiro, o qual nasceu em 08 de Junho de 1909 na cidade de Itabaiana (PB). Filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), foi Vice-Presidente da Liga Camponesa de Sapé na Paraíba e membro da Federação das Ligas Camponesas, onde procurava lutar por melhores condições de vida no campo, tanto para o camponês quanto para

⁵ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (1990), graduação em Bacharelado em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (1988), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1996) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). É pós-doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/PROCAD. Atualmente é professor adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em História bem como da Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, atuando principalmente nos seguintes temas: História Política, Culturas Políticas, Sociedade Civil, Estado. Preside a Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Coordena a pesquisa PIBIC/PIVIC intitulada A ditadura militar na Paraíba: “os anos de chumbo” (1969-1974). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHS20), na linha de pesquisa Estruturas Econômicas e Culturas Políticas no Século XX e do Grupo de Pesquisa História Política – Culturas políticas na História.

a família dos camponeses. Era trabalhador rural e militou com João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado em 1962. Antes de 1964, sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna, em uma espécie de “tocaia”.

Para existir a Liga Camponesa era necessário ter adeptos e para isso foi necessário ir ao encontro dos camponeses nas fazendas em busca de apoio. Muitos líderes eram destemidos, segundo a História, e Pedro Fazendeiro não era diferente. Mesmo a família tentando mantê-lo longe dos movimentos, temendo pela sua vida, ele não se intimidava. Ficou conhecido como Pedro Fazendeiro, pois saía pelas fazendas como se fosse um vendedor de cocadas e em meio a esse disfarce, sem levantar suspeita dos proprietários, apresentava aos futuros adeptos à Liga Camponesa os seus planos e reivindicações que, para se concretizarem, precisavam de apoio. Ao ser descoberto pelo Exército, foi preso e interrogado sobre manter ligações com os comunistas. Muitos que assim eram presos e torturados tinham como desfecho na jornada, a morte. Relata a História que Pedro Fazendeiro ao ser liberado do 15º RI, foi morto por policiais que já o esperavam, assim como outros líderes que ao serem liberados das prisões, eram mortos já em liberdade.

Passados apenas três dias da fictícia liberdade do líder camponês, em 10 de setembro de 1964, o jornal Correio da Paraíba publica uma foto de dois corpos carbonizados que seriam supostamente de Pedro Fazendeiro e de Nêgo Fuba (ALVES, 2014, p. 128).

A morte era um dos problemas de maior tristeza que a família levaria consigo pelo resto da vida, mas a falta do provedor da família foi outro problema, pois muitos desses líderes camponeses quando eram mortos, a família ficava num estado de grande necessidade, passando as esposas e filhos a sobreviverem em meio à fome, pois o provedor da família não se encontrava presente. Anos mais tarde, os militantes dos direitos humanos chegaram a ter uma grande conquista que foi a criação da Lei nº 9.140/1995, conhecida como Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Instaurada a CEMDP, o Estado brasileiro se colocou como responsável pelo desaparecimento e morte de 136 opositores do regime militar, orientando às famílias que organizassem dossiês comprovando a perda de parentes nesse período (...) (ALVES, 2014, p. 132).

O Estado realizou buscas dos corpos de pessoas que foram mortas no período da ditadura militar para que as famílias enterrassem seus entes com dignidade, mas boa parte das buscas não obteve êxito, então a outra medida do Estado foi indenizar as famílias, claro que nenhum valor é capaz de preencher o vazio de nenhum ser humano que perdeu seu parente de forma brutal, uma outra forma foi a criação da Comissão Nacional da Verdade para apurar as violações aos direitos humanos, ocorridas de 1946 a 1988. Um povo com pouca instrução educacional, diante de um sistema educacional mecanizado, foi o que a ditadura implantou na Paraíba. Sabemos que a educação leva a humanidade a dialogar com vários campos do saber, mas o ato de falar o que se pensa não estava na cartilha dos militares.

Alfabetizar trabalhadores rurais com um método voltado ao conhecimento da realidade e a construção da cidadania era uma ação vista como perigosa por parte de membros de uma elite forjada na superexploração da mão-de-obra camponesa e que, ao longo de séculos, negou direitos básicos como o direito à educação ao povo (DANTAS, 2014, p. 289).

O simples ato de aprender a escrita, a leitura e realizar cálculos eram o suficiente através do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), projeto do governo militar brasileiro criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985, para a alfabetização funcional de jovens e adultos. Além das mudanças ocasionadas na estrutura do Ensino Escolar, os militares procuravam causar repressão em outros setores da sociedade, e assim podemos citar a música onde primeiramente era considerada expressão cultural e de lazer e, logo após, algumas delas foram se tornando um meio de expressar a indignação e a revolta contra o regime ditatorial.

Sob forte repressão, os artistas e intelectuais passaram a ser os intérpretes da insatisfação popular em relação ao regime de força a que estávamos submetidos. Subliminarmente os compositores usavam a música como instrumento de reação à ditadura, e o governo, percebendo isso, tratou de reagir impondo um cerceamento à produção cultural (LEITÃO, 2014, p. 202).

Durante o período da ditadura militar, o que os jornais locais tanto na Paraíba quanto nos demais estados do país podiam publicar, passava por uma espécie de triagem, a qual era

realizada pelo censor da Polícia Federal. Nada melhor que entendermos isso nas palavras do jornalista Gilvan de Brito⁶:

Cumprimentava a todos educadamente e seguia até a mesa de Bosco Gaspar, que já o esperava com as principais matérias à mão. Ele as recebia e sentava-se diante de uma mesa vazia e começava a ler. Separava algumas para a esquerda, outras para a direita. (...) Antes de sair, abria uma bolsa e deixava com o subeditor aquelas informações mais esperadas por todos os jornalistas ali presentes: a relação das matérias proibidas para o dia seguinte que ainda poderiam chegar pelo telex ou qualquer outro meio de informação. Deixávamo-lo sair e corríamos para cima daqueles papéis para nos atualizar. Ali estava o noticiário dos crimes cometidos pela ditadura, naquela data, que não poderiam ser divulgados sob qualquer hipótese (BRITO, 2014, p. 77-79).

Os militares se faziam presentes em diversos lugares, ora interrogando, ora fiscalizando, inclusive, no teatro, onde fiscalizavam as encenações que seriam transmitidas ao público e, por diversas vezes, ao serem iniciadas, eram interrompidas.

Na Paraíba, várias peças de teatro de minha autoria também foram censuradas pela Polícia Federal, dentre estas, ‘Rafameia’, sob a direção de Leonardo Nóbrega, no dia 25 de abril de 1980, numa sinistra noite, logo após a estreia no Teatro Lima Penante, quando foi abruptamente interrompida pelos agentes que, de papel em punho, subiram ao palco e suspenderam a apresentação quando já se havia iniciada (BRITO, 2014, p. 107).

Gilvan de Brito, em seu livro “Ditadura na Paraíba”, nos traz a informação de que, na Paraíba, os militares reprimiram, infligiram penas, castigaram e mataram centenas de pessoas. As torturas eram das mais diversas possíveis, empregadas pelos militares (torturadores). Segundo Brito (2014, p. 147-148), “As torturas mais utilizadas eram o Pau-de-Arara, Telefone, Afogamento, Cadeira do Dragão, Pimentinha, Palmatória, Geladeira, Choque Elétrico, além de tortura psicológica, com ameaças à família da vítima”.

Em meio a essas formas de tortura, a presença de um médico era fundamental, para reanimar o torturado e assim continuar as sessões de tortura, aonde o preso chegava a falar

⁶ Jornalista, advogado, dramaturgo, ensaísta, poeta, escritor e letrista. Titulou-se em Direito pelo UNIPÊ, em 1983, mas dedicou-se ao jornalismo e escreve em tempo integral. Escreveu 106 livros, publicou 21 até o momento e tem seis prêmios literários e de dramaturgia. Produziu, atuou e dirigiu filmes de longa-metragem (2008-2011) e tem 600 letras de música (62 gravadas em 14 discos de Vinil, CD e DVD) com vários parceiros. Membro do Conselho Estadual de Cultura (CEC-PB) em 2012.

inclusive o que não acontecia, concordando com tudo o que afirmavam na esperança de alcançar a liberdade das torturas sofridas tanto físicas quanto psicológicas.

2.2 O papel da Comissão da Verdade na Paraíba

Em 2007, iniciou-se no Brasil um debate sobre o tema da Justiça de Transição, ocupando assim lugar central na agenda política do país para discussões quanto à medidas a serem tomadas para apurar as violações praticadas durante períodos políticos conflitivos e conturbados, no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 até 05 de outubro de 1988, através de uma Comissão da Verdade instaurada pela Lei nº 12.528 em junho de 2012. Em muitas regiões do Brasil, a Comissão da Verdade foi instalada para investigar atos praticados por agentes públicos com requintes de crueldade a pessoas suspeitas de atividades consideradas subversivas. O principal objetivo das Comissões da Verdade é investigar, esclarecer e reconhecer os abusos ocorridos no passado, dando voz às vítimas ou aos seus familiares, pelo fato de estarem possivelmente mortas ou desaparecidas.

Em nosso Estado, aos 11 de março de 2013, foi instalada a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), no Palácio da Redenção, criada pelo governador Ricardo Vieira Coutinho por meio do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012, com a finalidade de esclarecer as violações de direitos humanos praticados por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em território de origem ou fora do Estado, inclusive em outros países. Para o governador Ricardo Vieira Coutinho, existe uma necessidade de preservar a memória do período da ditadura militar e é justamente em seu pronunciamento realizado no Palácio da Redenção ao que consta no Relatório da Comissão da Verdade que se encontra esta declaração:

Nenhum povo pode construir qualquer futuro que seja sem conhecer o seu passado. É preciso que as novas gerações possam, naturalmente, conhecer esse lado da nossa história e fazer com que a partir da verdade o País evite qualquer coisa parecida com isso no campo da supressão das liberdades individuais e coletivas, no campo da tortura, no campo da ausência da democracia. Assim ela pode construir um País bem melhor para seus filhos (CEVPM-PB, 2017, p. 25).

O Relatório Final da CEVPM-PB traz relatos de mortes, desaparecimentos e torturas ocorridos no período da ditadura militar, mostrando que, antes mesmo do período militar, já havia descumprimento dos direitos individuais e coletivos do cidadão.

Na Paraíba os direitos humanos foram violados antes do golpe civil-militar de 1964, quando o latifúndio cumpria seu papel de classe opressora e exploradora da mão-de-obra dos camponeses, exigindo que estes trabalhassem gratuitamente vários dias da semana para que pudessem morar na propriedade (CEVPM-PB, 2017, p. 35).

Torturas físicas e psicológicas eram as mais frequentes. As perseguições pelos militares se faziam presentes em todos os lugares, muitos tiveram inclusive que mudar suas identidades, passando a viver na clandestinidade. Os relatos presididos por familiares são chocantes, muitas famílias vivenciaram anos de dor e sofrimento na Paraíba, bem como em outros lugares do país devido a perda de um parente. Diversas audiências foram estabelecidas na Paraíba para coletar informações de familiares que tiveram que enfrentar a época da ditadura na Paraíba, muitos dos quais filhos e esposas que perderam seus esposos. Em Campina Grande, por exemplo, nos relatos podemos identificar granjas privadas que tinham por finalidade servirem de locais para as práticas de tortura. Em meio aos relatos dos familiares, percebe-se o tamanho da dor que carregam por não conseguirem testemunhar os acontecimentos da época ligados a seu parente, como exemplo podemos citar a oitiva realizada na Câmara Municipal de Mari com os filhos do camponês Pedro Cardoso da Silva, em 30 de novembro de 2013.

João Cardoso da Silva, tinha apenas onze anos de idade quando vivenciou todo o drama familiar no ano de 1964. Com o assassinato de seu pai, seus familiares abandonaram a casa e os roçados. Foram viver no município de Bayeux-PB e não tiveram o direito ao luto. João Cardoso da Silva, não teve condições emocionais para fazer seu depoimento (CEVPM-PB, 2017, p. 63).

Atualmente, muitos jovens têm se manifestado em defesa da volta da ditadura militar e, diante disso, muitas discussões surgem no caminho, mas é no Relatório Final da CEVPM-PB, na carta da cidade de João Pessoa, que encontramos a melhor maneira de combater os que pedem a volta da ditadura militar.

A maneira mais eficaz de combater os que pedem a volta da ditadura é aprofundando as denúncias dos crimes cometidos, como vêm fazendo,

a despeito de todas as dificuldades materiais, os comitês e organizações pela memória, verdade e justiça espalhados pelo Brasil; é resgatando a memória dos que tombaram, homenageando-os com nomes de praças e logradouros; é construindo memoriais da resistência nos locais que serviam de centro de tortura e de assassinatos dos brasileiros e brasileiras; é prosseguindo com o trabalho de identificação dos desaparecidos políticos para sepultá-los com dignidade; é punindo exemplarmente todos os que cometeram crimes contra a humanidade (CEVPM-PB, 2017, p. 90).

A Comissão da Verdade ainda nos traz um caso ocorrido na cidade de Alagoa Grande, o qual não recebeu punição, como é o caso de Margarida Maria Alves.

Era trabalhadora rural e rendeira, uma líder incontestável do Brejo Paraibano (...). (...) Passados quase 34 anos do assassinato da camponesa Margarida Maria Alves, ninguém foi punido por esse crime bárbaro contra uma liderança sindical dos trabalhadores rurais (CEVPM-PB, 2017, p. 206-208).

Margarida Maria Alves, de acordo com o Relatório Final da CEVPM-PB, foi alvejada com um tiro no rosto de uma arma calibre 12, na sua própria residência, perante seus filhos e esposo em Alagoa Grande (PB). Foi a primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), odiada por proprietários de engenhos, fazendeiros e usineiros, por lutar em prol de melhores condições trabalhistas para os camponeses como o direito à regulamentação da jornada de trabalho, carteira assinada e férias.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) vem tentando levantar dados relacionados à mortes e desaparecimentos ocorridos e não é de se espantar que na cidade de Campina Grande, no início dos anos 1980, existiu um grupo de extermínio conhecido por “Mão Branca”, formado por policiais e ex-policiais. Esse grupo foi o responsável pela execução de alguns marginais e políticos, fez ameaças a padres, jornalistas e advogados.

3. CONCLUSÃO

Na trajetória deste trabalho, percebemos que o historiador tem condições de julgar os fatos de acordo com a época em que se desenvolvem os trâmites de um determinado período histórico. Historiadores revisionistas não podem ser desconsiderados em suas análises historiográficas, mesmo que tomem partidos opostos ao que diversos outros historiadores

defendem de acordo com suas pesquisas. Entender os direitos humanos, tanto na Lei escrita como em sua praticidade, leva o historiador a ser um crítico no tempo em análise, fora do seu tempo, revestindo-se de conhecimento nos campos da política, da economia bem como no meio social em que determinados sujeitos da História se fazem presentes.

A palavra “democracia” tem sido pronunciada ao longo dos anos por diversos grupos partidários, atrelada a interesses pessoais muito distantes de se aceitar que vivemos de acordo com o que está escrito na nossa Constituição vigente, onde “todos são iguais perante à lei sem distinção de qualquer natureza”, tendo liberdade de expressão. Nossos direitos não podem ser revogados, pois o preço que foi pago não possui cifras monetárias nem muito menos títulos com valores estipulados que se comparem. Perseguição, tortura, banimento, tratamentos cruéis e degradantes, foram enfrentados por homens e mulheres em busca de alcançarem nossa liberdade. A História jamais poderá deixar de trazer as declarações de pessoas que sofreram danos físicos e psicológicos como alerta para as futuras gerações que muitas das vezes participam de movimentos voltados a trazer os militares ao poder como foi nos anos de 1964 a 1985.

Para uns, o poder é instrumento de organização e desenvolvimento, mas para outros é sinônimo de opressão, é querer impor ao outro sua vontade, tirar do outro o seu modo de pensar e agir, por meio de práticas de tortura. Essa tortura não é apenas física, como nos vem à mente, mas também a tortura psicológica, onde muitos indivíduos foram arrastados para salas de tortura, bem como para granjas privadas. As marcas de crueldades cometidas por torturadores jamais serão apagadas na memória de quem tanto sofreu, refiro-me, principalmente, àquelas marcas que o indivíduo carrega na alma, tais como humilhações e xingamentos pronunciados por seus torturadores, agentes desequilibrados que levavam o indivíduo a situações desumanas. O papel do educador é de extrema responsabilidade com seu alunato, pois diversas correntes ideológicas tentam resgatá-los para assumirem posições favoráveis aos anos sombrios que a Paraíba e o país vivenciaram durante 21 anos de opressão.

O Relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba serve como instrumento de trabalho nas escolas para conscientização de nossas futuras gerações. O Relatório traz informações das mais diversas possíveis, biografia de pessoas que foram torturadas, processos abertos para apuração de diversos casos ocorridos por agentes públicos. Indenizações, ou mesmo atestados de óbito, jamais serviram/servirão para preencher o vazio existente para muitos familiares que dependiam de seu sustento por meio de quem a ditadura tragou cruelmente. Quantos filhos e esposas estiveram a esperar o retorno do chefe de família à sua casa e não o viram chegar? Lastimável essa situação, pois

muitos tiveram que abandonar suas terras para buscarem sobrevivência e muitos desses hoje relatam o quanto sofreram, passando fome e frio, sendo perseguidos, tendo que se esconderem adotando outras identidades. Como legado para as futuras gerações assim precisa se comportar nossa História, trazendo a público os fatos ocorridos na íntegra, sem esconder as cicatrizes que o tempo deixou na sociedade, que suportou as mais diversas barbaridades que o regime militar cometeu, e assim tenhamos orgulho de nosso povo, pois “A Paraíba nasceu sob o signo de luta que se transformou em resistência e vida. Resistência – esse é o lema que perdurou ao longo de sua História” (MELO, 2002, p. 25).

Em muito o nosso país precisa melhorar, mas retroceder jamais, priorizando o conhecimento e a arte de pesquisar com mais afinco os fatos que o tempo tentou esconder dos olhares da História. Em minha trajetória acadêmica, por diversas vezes, tive a oportunidade de manter discussões saudáveis com professores em sala, e nessas discussões, relacionadas à Ditadura Militar, percebia o quanto me faltava conhecer este período. Não foram poucas as vezes que nas aulas do professor Gilbergues Santos Soares⁷, na disciplina de História da América, ao abordar em suas aulas o regime militar, procurei ao máximo me atentar a determinados fatos da época. Hoje, levo comigo a certeza de que não precisamos de um sistema autoritário em nosso país e sim de ajustes no sistema democrático vigente.

ABSTRACT

The present work analyzes the History and Contemporary Historiography of the State of Paraíba between the years of 1964-1985, called historically as Military Dictatorship, in the perspective of several books and authors, and from the works "Civil Military Coup and Dictatorship in Paraíba: History, memory and construction of citizenship ", a collection organized by Éder da Silva Dantas, Paulo Giovanni Antonino Nunes and Rodrigo Freire de Carvalho e Silva; "The Dictatorship in Paraíba: Lists with the Dead, Missing, Tortured and Torturing", by Gilvan de Brito; as well as the Final Report of the State Commission for the Truth and the Preservation of the Memory of the State of Paraíba (CEVPM-PB), which was attended by Fábio Fernando Barboza de Freitas; Herbert Andrade Oliveira; Iranice Gonçalves Muniz, among other members. Thanks to these characters, we have within our reach the memory of a people who experienced the Dictatorship in Paraíba and thus, in records made in a report presented by the Commission which emphasizes the emergence and the struggle of the Peasant Leagues, History gains a breath for the democracy far from the mold of authoritarianism, in the perspective of clarifying for future generations the passage of the military in the historiography of the country and the society of Paraíba.

Keywords: Military dictatorship. Commission. Memory. Historiography.

⁷ Cientista político, historiador e professor da UEPB. Especialista em História do Brasil, com ênfase na ditadura militar. Estudioso da Democracia, de suas instituições e de nossa cultura política pretoriana. Analista da conjuntura político-eleitoral na imprensa onde acompanha a realidade local, regional e nacional política.

REFERÊNCIAS

A IMPRENSA, Jornal. 16 de junho de 1963, p. 03.

A UNIÃO. João Pessoa, 23 de março de 1962, p. 03.

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. Prisão e desaparecimento de Pedro Fazendeiro com o golpe civil-militar de 1964. *In*: DANTAS, Éder da Silva; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 119-139.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

BRITO, Gilvan de. **A Ditadura na Paraíba - Lista com mortos, desaparecidos, torturados e torturadores**. João Pessoa: Patmos Editora, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. *In*: DANTAS, Éder da Silva; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 13-32.

DANTAS, Éder da Silva; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DANTAS, Éder da Silva. Memória, Democracia e Acesso a Informação. *In*: DANTAS, Éder da Silva; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 289-307.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 28, n.47, p. 43-59, jan/jun 2012.

KARNAL, Leandro. **Revista pazes**, dez. 17, 2016. Disponível em: <<https://www.revistapazes.com/quando-alguem-defende-a-ditadura-militar-leandro-karnal/>>.

LEITÃO, Ruy. A história contada pela música. *In*: DANTAS, Éder da Silva; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 202-241.

MELO, José Octávio de Arruda Mello. **História da Paraíba**. 7ª ed. João Pessoa: A União, 2002.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: Repreensão e Legitimação. *In*: DANTAS, Éder da Silva; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 78-118.

_____. A quebra da ordem constitucional e a Ditadura Militar no Brasil. *In*: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; NETO, Martinho Guedes dos Santos; BARBOSA, Vilma de Lurdes (Orgs.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, p. 283.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final/Paraíba – Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.